



BR-282: TCU vai acelerar análise de processo

O TCU (Tribunal de Contas da União) comprometeu-se a acelerar a apreciação do processo que está impedindo a continuidade das obras na BR-282. A informação foi dada pelo presidente do Fórum Parlamentar Permanente da BR-282, deputado Romildo Titon (PT), durante a sessão plenária de quinta-feira (19). "Estou confiante, pois recebemos uma resposta positiva dos ministros do TCU, que prometeram acelerar o andamento do processo", disse, agradecendo a participação dos parlamentares estaduais e federais na audiência com os ministros, em Brasília, no dia 18.

Os deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Francisco Küster (PSDB), que participaram da audiência, avaliaram positivamente o encontro. Os deputados Pedro Baldissera (PT) e Sérgio Godinho (PTB) também participaram da reunião. Na capital federal, a representação catarinense foi recebida pelo presidente do TCU, ministro Adilson Motta, e pelo relator da matéria sobre a BR-282, ministro Ubiratan Aguiar, e receberam as informações sobre os obstáculos existentes que estão impedindo as obras de conclusão da rodovia.

Segundo lembrou o deputa-

do Herneus, as pendências no TCU provêm de indícios de irregularidades encontradas na execução, licitação e contratos da obra, com exceção do lote que está a cargo do Batalhão Ferroviário. "Existe a necessidade de repactuação do contrato existente e de se praticar os preços do mercado vigente. Sabemos que teremos rescisões contratuais e demandas judiciais, mas esse momento é o da legalidade para que possamos avançar. Depois partiremos para a segunda etapa, que será a alocação de recursos para que se viabilize a obra", ponderou o peemedebista. Segundo Küster, o ministro relator informou que no dia 10 de junho estará em Santa Catarina para tratar do assunto.

Na última sexta-feira, 13, o Legislativo realizou audiência pública em Lages para discutir os encaminhamentos que finalmente permitam a conclusão da chamada Rodovia da Integração.



Evento em Lages reuniu sociedade organizada, parlamentares e autoridades no último dia 13

AUDIÊNCIA PÚBLICA - BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS IMPASSES
 PROPOSIÇÃO: COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO D
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LAGES ACIL.



Obras só andam no trecho onde o Batalhão está trabalhando

Parlamento outorga Medalha Cruz e Sousa

(foto Solon Soares)



Trinta e quatro pessoas receberam, na noite do dia 16, a Medalha Cruz e Sousa, criada para agradecer aqueles que

trabalham contra a discriminação racial e pelo resgate e reconhecimento da importância da raça negra para o Estado e País.

Páginas centrais

Página 4

Terrenos de Marinha

O Legislativo realiza audiência pública sobre a Emenda Constitucional de autoria do deputado federal Edison Andriano (PMDB), que regulariza os terrenos de Marinha. Dia 23/05, a partir das 19 horas, no Plenário.

TVAl rompe fronteiras

Os meios de comunicação, impressos e eletrônicos, são os principais recursos informativos e formativos de orientação e inspiração para os comportamentos individuais e sociais.

A abordagem adequada dos assuntos promove a compreensão e a formulação de conceitos sintonizados com a realidade, elimina o preconceito e estimula o desejo de buscar mais conteúdo para aprimorar o conhecimento. Seguindo essa linha de raciocínio, identificamos na informação um instrumento de cidadania e estamos fortalecendo os veículos de comunicação da Assembléia Legislativa.

Na última semana, lançamos a TVAl na Internet (www.alesc.sc.gov.br), o que consideramos um avanço no processo de transparência, democratização e aproximação entre os representantes eleitos e seus representados. A possibilidade de transmitir *on line* as sessões plenárias e demais atividades parlamentares consolida a TVAl como ponte entre o Poder Legislativo estadual e milhares de pessoas interessadas em entender e acompanhar o processo político.

Dos meios de comunicação, a Inter-

net é o que tem a maior capilaridade de sinal porque está disponível em qualquer lugar do mundo.

Outra vantagem consiste em poder assistir a programação da TVAl usando apenas um instrumento de trabalho - o computador. Por abrigar múltiplas correntes políticas, o Poder Legislativo torna-se mais exposto e suscetível a críticas. Por isso, queremos disseminar a informação sobre o trabalho dos deputados.

Não temos a pretensão de doutrinar ou de exercer qualquer influência sobre a liberdade de pensar e opinar; queremos sim abrir a Casa e, com neutralidade e transparência, mostrar a atuação dos 40 deputados estaduais catarinenses e contribuir para desmitificar os conceitos preconcebidos sobre a política e os políticos.

Queremos nos aproximar, cada vez mais, dos catarinenses que depositaram em nós seus votos de confiança, mostrar-lhes que estamos trabalhando e buscando honrar o nosso compromisso de representá-los com dignidade, ética e seriedade.

Deputado Julio Garcia (PFL)
Presidente da Alesc

A crise do regime presidencialista

Não acredito que, com o regime presidencialista, o Brasil consiga superar os grandes desafios do desenvolvimento e da distribuição de renda de uma forma mais justa.

Passados praticamente três anos desde a eleição do presidente Lula, e já está a sociedade manifestando frustração da expectativa de mudanças e transformação social. O governo Lula cumpre os desígnios do FMI e do mercado com mais aplicação do que o Governo Fernando Henrique Cardoso, acusado de neo-liberal e de privilegiar banqueiros. Nunca os bancos ganharam tanto como agora no governo Lula. Juros pagos, com taxas aumentadas a cada reunião do Copon, consomem mais do que todas as obras e investimentos públicos. A expansão da economia é sustada intencionalmente, a cada anúncio do aumento dos juros. O programa primeiro emprego não aconteceu. A reforma agrária anda a passos de tartaruga, crescem os conflitos no campo. O sis-

tema viário nacional está a beira do colapso. A base do governo no congresso se pulveriza, a cada instante. E não obstante muito se fala na campanha de reeleição do Presidente. E mais uma vez o povo brasileiro voltará as urnas para eleger um novo messias, agora mais descrente no que eleger há três anos. O presidencialismo é assim.

Como constituinte, defendi o parlamentarismo porque entendo que é uma forma mais democrática e civilizada de governar: a nação não fica entregue a um iluminado e os erros não têm prazo para serem sanados. Se não der certo, cai o Governo, convocam-se novas eleições. Com exceção dos Estados Unidos da América, todas as nações desenvolvidas do mundo são parlamentaristas. Só as novas democracias e de países do terceiro mundo que adotam o presidencialismo, imperial como o nosso, que já deu fartos exemplos de ineficácia, através da História.

Deputado Francisco Küster (PSDB)

Festa do Pinhão



A rainha da 17ª Festa do Pinhão, Tainara Pauletti da Silveira, a 1ª princesa, Juliana Roberta Batalha da Silva, e a 2ª princesa, Monique Westphal Ramos, durante visita à Assembléia Legislativa, quando convidaram todos os catarinenses a participar do evento. A Festa começa no dia 20 e estende-se até o dia 29 deste mês.

Agenda

Dia 23, 9h - 1º Fórum Catarinense de Microcrédito
Local: Plenário e Hall da Assembléia Legislativa

Dia 23, 19h - Audiência pública sobre a Emenda Constitucional nº 46/05

Local: Plenário

Dia 24, 10h - Constituição do Fórum Parlamentar Catarinense de Discussão sobre a Reforma Sindical

Local: Plenário

Retificação

Em matéria publicada na página 7 da edição 202 (13 de maio) do *ALNotícias*, a reportagem equivocou-se ao registrar voto da deputada Simone Schramm (PMDB), na matéria intitulada "Educação analisa nova redação de lei". A parlamentar, integrante da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, esteve presente à reunião, mas teve que se retirar, em função de outros compromissos de sua agenda política, antes da apreciação da proposta de mudança na Lei Estadual nº 12.948.

A proposta, de autoria do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), flexibiliza a referida lei, permitindo o consumo de bebidas alcoólicas em festas promovidas nas escolas pelas APPs (Associações de Pais e Professores), mas em ocasiões excepcionais - como festas juninas - com a presença dos pais.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Hermeus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Sindicato dos Jornalistas completa 50 anos

Rubens Vargas

Precarização do trabalho e salários baixos, devido à intransigência dos patrões, ataques à regulamentação da profissão e a necessidade de formação específica em jornalismo foram alguns dos temas abordados na sessão solene realizada no dia 12, à noite, no Plenário, em comemoração aos 50 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina. A sessão foi conduzida pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), atendendo proposição do deputado Afrânio Bopp (PT). Ex-presidentes e associados foram homenageados e os parlamentares presentes entregaram uma placa comemorativa ao atual presidente da entidade, Luís Fernando Assunção. Na oportunidade foi lançado o livro *Jornalismo em perspectiva*, organizado pelos professores Maria José Baldessar e Rogério Cristofolletti.

Afrânio destacou que a história de lutas demonstra o verdadeiro sentido da atuação sindical. O deputado Altair Guidi (sem partido) homenageou Nei Manique, informando que o jornalista trabalhou em sua administração na prefeitura de Criciúma e pauta até hoje seu trabalho pela busca da verdade e da correta informação. Para o deputado João Henrique Blasi (PMDB) a imprensa catarinense é privilegiada pois há integração entre os seus membros. Ele declarou ainda que a Rádio Alesc, o jornal AL Notícias e a TVAL, agora com sinal na Internet, possibilitam à população o controle da atividade parlamentar e a prestação de contas diária dos trabalhos no Legislativo.

Avanços - O presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Moacir Pereira, frisou que os ex-diretores e ex-presidentes do sindicato sempre lutaram pela categoria e pela defesa da liberdade de informação no Estado. O atual presidente do Sindicato, Luís Fernando Assunção disse que houve conquistas claras para a categoria. "Discutimos e aprovamos o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, vigente até hoje, e continuamos lutando pela democratização dos meios de comunicação, moralidade e ética na política, cumprimento das leis trabalhistas e para que o cidadão seja informado com ética".

(foto Jonas Lemos Campos)



Bopp foi o proponente da homenagem



Jornalistas e parlamentares lembraram as lutas da categoria nestes últimos 50 anos

Fenaj faz alerta

O presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Sérgio Murilo de Andrade, protestou contra os ataques à categoria e à profissão, além de denunciar de indústria de ações o número exagerado de ações por danos morais impostas aos jornalistas.

"Há um contínuo dos doutores do Poder Judiciário e dos dirigentes de escolas privadas de jornalismo. Apenas em cinco grandes grupos de mídia há 2.783 jornalistas e 3.243 ações judiciais, caracterizando-se como uma



Sérgio e Jamile Machado

forma de políticos, juízes e empresários recorrerem diariamente para esconder seus delitos e crimes. Nas redações, os repórteres escrevem as matérias com os advogados no

lado", denunciou. O líder sindical defendeu a criação do Conselho Federal de Jornalismo e anunciou que o Conselho de Mídia da França atua nos mesmos moldes pregados por quem apóia o que ele qualificou de instrumento de prestação de serviço público ao normatizar as relações da sociedade com a imprensa. Sérgio Murilo recebeu diploma comemorativo das mãos de Jamile Machado, coordenadora da Sala de Imprensa da Assembléia.

Livro traz relatos pessoais

Maria José Baldessar enfatizou a satisfação em organizar a obra *Jornalismo em perspectiva*, resultado de uma parceria entre o sindicato e 19 autores de textos inéditos e chargistas. "São histórias pessoais e relatos profissionais mesclados com humor. A edição do livro contou com o apoio da UFSC e da Eletrosul".

Ao concluir os trabalhos, Julio Garcia afirmou que, na era da comunicação, os jornalistas são os porta-vozes dos acontecimentos e do conhecimento. "Por intermédio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, cumprimento os profissionais comprometidos com a ética e a neutralidade". Participaram também da sessão os deputados Reno Caramori (PP) e Vanio dos Santos (PT), o ex-governador Ivo Silveira, o prefeito de Lages, Raimundo Colombo (PFL), o jornalista José Augusto Gayoso, representando o governador, além de autoridades militares e eclesiais.



Maria José Baldessar

AL assina pacto pela Infância

O Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência foi assinado no Ceará, no último dia 16 de maio, por representantes das casas legislativas dos estados brasileiros. A assinatura abriu a semana do 18 de maio, *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. A deputada Simone Schramm (PMDB), que representou o Legislativo catarinense no evento, disse que o seu sucesso depende de cada Legislativo e do respeito ao direito das crianças e dos adolescentes.

A meta do acordo é criar uma rede



Deputada Simone Schramm, durante o evento no Parlamento cearense

nacional de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, unindo parlamentares no Congresso, nas Assembléias

Legislativas e nas Câmaras Municipais do país inteiro. "Tenho certeza de que a assinatura foi um passo muito importante para defesa de nossas crianças e adolescentes que há muito tempo vêm sendo vítimas de trabalho infantil, pedofilia, turismo sexual e outros crimes silenciosos, que roubam precocemente e, com danos irreversíveis, o sonho da infância e a dignidade humana", comentou a parlamentar. O quadro no Brasil é alarmante. De acordo com dados do Unicef, 14 mil meninas e meninos anualmente são vítimas de algum tipo de violência. (FCN)

Defensores da raça negra recebem homenagem

Com o intuito de agradecer pessoas ou entidades que prestam relevantes trabalhos na defesa da raça negra, foi realizada na noite do dia 16, no Plenário,

(foto Solon Soares)



Duduco recebe a medalha de Berger

a entrega da Medalha Cruz e Sousa. Instituída pelo Projeto de Resolução nº 6/03, de autoria do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), a medalha, outorgada anualmente no dia 13 de maio, tem a finalidade de homenagear pessoas físicas e jurídicas que em suas atividades realizaram relevantes trabalhos ou destacaram-se na defesa da raça negra.

Cruz e Sousa, o maior poeta simbolista catarinense, era filho de escravos alforriados pelo coronel Guilherme Xavier de Sousa que o adotou e lhe

deu o nome. Na escola aprendeu latim, inglês, francês, grego, matemática e ciências naturais. Cruz e Sousa morreu, aos 37 anos, em 1898, na cidade de Sítio, em Minas Gerais.

Conduzida pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e com as presenças do deputado federal João Matos (PMDB), o presidente do Tribunal de Contas, Luiz Suzin Marini, o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), além dos deputados es-

taduais, a sessão começou com um discurso de Duduco agradecendo o reconhecimento, pelo Estado, da importância da raça negra. "Estamos todos aqui cumprindo nossa obrigação. Chega de projetar Santa Catarina como uma terra só de alemães. A raça negra está fazendo muito por Santa Catarina e temos que reconhecer. É uma medalha com uma simbologia muito grande, pois nela estão todas as dores daquela época", enfatizou o parlamentar.

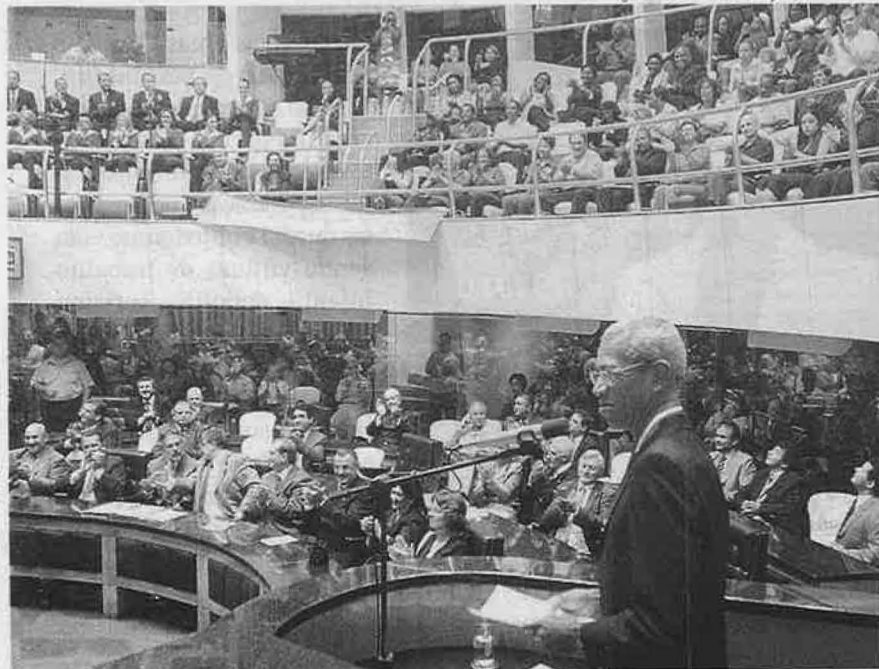
Liberdade e igualdade continuam um sonho

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), escolhido entre os deputados da situação para falar, afirmou que o país está lutando para reduzir o racismo e a discriminação. "Dos negros do país, 35% são analfabetos e 79% recebem salário mínimo", citou Blasi, conclamando a todos para prosseguir na luta contra as desigualdades.

De acordo com o deputado Celestino Secco (PP), que representou as bancadas de oposição, cada um dos homenageados em sua vocação doou um pouco do seu tempo em prol dos necessitados. "Essas pessoas trabalharam valores, algo imperceptível mas sempre com a certeza de que a recompensa está na dedicação retornada", falou Secco.

Convidado a fazer um pequeno relato sobre encontros nacionais com as comunidades afro-descendentes, o homenageado frei Pedro de Oliveira Rodrigues, bisneto de escravos, disse que os negros continuam sonhando com a liberdade. Último a falar, o homenageado pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), Tarcísio Pedro Carvalho, representante do Movimento Negro Associativo dos Afros de Chapecó e Região Oeste, pediu que todos fizessem um minuto de silêncio para homenagear a todos aqueles que morreram na luta contra a escravidão. "Falo das várias personalidade negras e também dos abolicionistas que lutaram pela liberdade desse povo tão sofrido", afirmou.

(foto Jonas Lemos Campos)



Frei Pedro agradeceu a homenagem em nome dos 36 agraciados com o mérito

Deputados

Homenageados

Afrânio Boppré (PT)	João Ferreira de Souza
Altair Guidi (sem partido)	Nadir da Rosa Santos
Ana Paula Lima (PT)	Ana Maria da Silva
Antônio Carlos Vieira (PP)	Adir Manoel da Cunha - da Coloninha, Florianópolis
Antônio Ceron (PFL)	Sônia Maria da Rocha Pereira, da Pastoral Afro/Grupo Abatalá, de Lages
Celestino Secco (PP)	Nadir Queiroz Camargo
Cesar Souza (PFL)	Sônia Regina Lamego Lino
Clésio Salvaro (PFL)	Oswaldo Vargas
Dionei Walter da Silva (PT)	Manoel Rosa - Jaraguá do Sul
Djalma Berger (PSDB)	Deputado Nilson Nelson Machado - Duduco
Francisco de Assis (PT)	Paulo Roberto da Costa
Gelson Luiz Merísio (PFL)	Osmar Sandro dos Santos
Gelson Sorgato (PMDB)	Frei Pedro de Oliveira Rodrigues
Genésio Goulart (PMDB)	Maurício da Silva
Herneus de Nadal (PMDB)	Tarcísio Pedro Carvalho, de Movimento Negro Associativo dos Afros de Chapecó e Região do Oeste do Estado
João Henrique Blasi (PMDB)	Vilson Groh, de Florianópolis
Joares Ponticelli (PP)	Aldo Aleixo
Jorginho Mello (PSDB)	Jandira Souza da Rosa
José Paulo Serafim (PT)	Otacílio de Souza, Associação Municipal do Movimento Negro de Imbituba
Julio Garcia (PFL)	José Carlos Mendes, da Associação Palmares de Ilhotinha de Capivari de Baixo
Lício Mauro da Silveira (PP)	Gesuína Adelaide dos Santos
Manoel Mota (PMDB)	Manoel Antônio Vieira
Narcizo Parisotto (PTB)	Claudionor dos Santos, de Chapecó
Nilson Gonçalves (PSDB)	Paulino Sérgio Travasso - Araquari
Nilson Nelson Machado (sem partido)	Lídio Moisés da Cruz
Odete de Jesus (PL)	Nilson César Góes
Onofre Santo Agostini (PFL)	Sílvio Serafim da Luz
Paulo Eccel (PT)	Francisca das Chagas dos Santos
Pedro Baldissera (PT)	Valdemar Lourenço
Rogério Mendonça (PMDB)	Paula Eleutério de Britto
Sérgio Godinho (PTB)	Andréa dos Santos (Maicon), jogadora de futebol feminino
Simone Schramm (PMDB)	Aires Zacarias da Rosa Filho, presidente do Movimento da Raça Negra do PMDB de Joinville
Vanio dos Santos (PT)	Maristela Pereira de Souza, do Núcleo de Estudos Negros
Wilson Vieira - Dentinho (PT)	Vicente Francisco do Espírito Santo

Composição do CEE pode mudar

(foto Alberto Neves)

A alteração do número de conselheiros suplentes, nomeados da mesma forma que os conselheiros titulares, de quatro para sete, no CEE (Conselho Estadual de Educação), foi discutida na manhã de quarta-feira (18), em audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB).

A solicitação do evento partiu do deputado Paulo Eccel (PT), que é o relator do Projeto de Lei nº 92/05, de origem governamental, que dispõe sobre o Sis-

tema Estadual de Ensino em Santa Catarina. Titon lamentou a ausência de representantes do Conselho e da secretaria estadual da Educação, inviabilizando um debate maior sobre o assunto. A deputada Ana Paula Lima (PT) coordenou a reunião.

De acordo com o deputado petista, 21 membros compõem o Conselho, nomeados pelo governador do Estado. Devem ser pessoas de notório saber e experiência em assuntos educacionais. Atualmente, é de quatro o número de suplentes. "Nossa proposição é que esse número de

suplentes seja aumentado para sete, com a participação da UCE (União Catarinense de Estudantes), e do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação)", observou. O deputado Celestino Secco (PP) sugeriu a Eccel que apresente substitutivo em que configurem as duas entidades. O petista comprometeu-se a encaminhar anteprojeto do substitutivo global à Comissão. Também participaram da audiência os deputados Antônio Ceron (PFL) e Simone Schramm (PMDB), o presidente da UCE, Tiago Andrino, e o presidente do Sinte, Antônio Valmor de Campos. (CA)



Celestino - primeiro à direita -, sugeriu substitutivo, e Eccel, ao seu lado, aceitou

Secretário presta esclarecimentos

(foto Solon Soares)

Depois de quase três meses do primeiro convite, o secretário estadual de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, compareceu à reunião da Comissão de Segurança Pública para explicar os motivos da permanência e posterior afastamento do delegado regional da Polícia Civil de Joinville, Marco Aurélio Marcucci. A reunião foi na quarta-feira (17) pela manhã, e durou duas horas. A presença de Benedet foi solicitada pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT).

O ex-delegado Marco Aurélio Marcucci foi acusado de extorsão, formação de quadrilha, peculato e coação de testemunhas. Dentinho indagou se a Secretaria tinha conhecimento da suposta participação de Marcucci na extorsão dos caixeiros; questionou o porquê da decisão de mantê-lo no cargo; e se houve alguma pressão política para que permanecesse à frente da Delegacia Regional. Pediu ainda que se esclarecesse o real motivo para a prisão de Marcucci. Benedet respondeu que o ex-delegado foi mantido no cargo pois havia um inquérito. "Se o tirássemos estaríamos fazendo um pré-julgamento. Infelizmente ele ficou, mas havia outro delegado fazen-



O secretário, em primeiro plano, e Dentinho, à direita

do um trabalho paralelo e que hoje o substitui temporariamente", respondeu Benedet. O secretário também disse que o Poder Judiciário entendeu que ele deveria ser preso, portanto, "essa foi a situação". Esclareceu que a corrupção dentro da Polícia Civil de Joinville era muito grande e vem de mais de 15 anos.

Dentinho questionou as declarações do delegado Zulmar Valverde, vereador e delegado em Joinville, que afirmou à imprensa que "estão enchendo a cidade de cartazes, dizendo que uma nova polícia estava sendo criada". Para Zulmar, isso é mentira". Benedet afirmou que "o Zulmar está criticando a ele mesmo, pois tinha 900 inquéri-

tos atrasados. Eu não aceito críticas dele", salientou Benedet. O secretário foi indagado sobre o aumento no número de efetivos. A resposta foi que 50 novos policiais serão efetivados em concurso público ainda sem data marcada.

Transição - Sobre as trocas no Comando da PM, Benedet nem quis falar sobre a primeira que foi feita. "Foi uma transição como outra qualquer, ele já havia cumprido sua tarefa. As mudanças são necessárias". Dentinho indagou sobre a escala vertical da Segurança Pública. "A lei está sendo implantada através de abonos, mas estamos adaptando ao Plano e conversando com os servidores". (RA)

CCJ aprova alterações no Fundo Social

O Fundo Social voltou à discussão durante a reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), na manhã de terça-feira, 17. Primeiro, com a análise do Projeto de Lei nº 122/05, do Executivo, propondo alterações ao Fundo Social decorrente da decisão da Justiça, que concedeu liminar às Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) impetradas pelas bancadas dos partidos Progressista e dos Trabalhadores.

No relatório apresentado pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) e aprovado na CCJ, consta que a Lei nº 13.334/05, que criou o Fundo Social, terá alterações em seu Artigo 14, assegurando a participação devida aos municípios e Poderes na distribuição financeira dos recursos arrecadados pelo Fundo. Também será revogado o Artigo 15, cuja eficácia está suspensa e que trata das alterações orçamentárias.

Judicial - Argumentos de que o governo do Estado estava promovendo alterações no Fundo Social, para atender a pedido formulado em carta pela Fecam (Federação Catarinense dos Municípios), provocou manifestações dos líderes do PP, Joares Ponticelli, e do PT, Paulo Eccel. As mudanças, salientaram, são decorrentes da decisão judicial

provocada por seus partidos. Para Ponticelli, a atitude do governo, usando a carta em que a Federação busca salvaguardar o direito dos municípios, caracteriza má-fé. A carta é datada de 4 de abril e a decisão judicial é de 6 de abril, quando a carta perde objeto. Outra crítica é quanto à alteração do período de repasse, hoje feito a cada 10 dias e que vai passar para 30 dias. "Não é possível que o governo queira gerenciar recursos que não são seus. Ele insiste em tomar dos municípios R\$ 65 milhões para levar adiante sua agenda de governador candidato", criticou Ponticelli.

O líder do governo, deputado Blasi, contesta as afirmações. "O projeto foi adequado à decisão da Justiça e nunca houve prepotência do governo, que sempre teve humildade para reconhecer quando acontece um erro. Foi a única vez que um projeto trouxe o governador até a Casa para debater de igual para igual a proposta".

Crédito - A CCJ ainda aprovou o Projeto de Lei nº 104/05, que trata da abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 200 milhões ao Fundo Social e alteração do Plano Plurianual 2004/2007, no valor de R\$ 700 milhões para adequação da programação físico-financeira em decorrência da criação do Fundo. (SD)

Audiência em Lages discute s

(foto Carlos Kilian)

A Assembléia Legislativa, junto com o Ministério Público Federal, realizou na última sexta-feira (13), no auditório da Acil (Associação Comercial e Industrial de Lages), audiência pública para esclarecer aos usuários e moradores do Planalto Serrano e do Oeste do Estado a situação jurídica da BR-282, também conhecida como Rodovia Bioceânica. O encontro iniciou às 9 horas e terminou por volta das 18 horas. Essa estrada tem trechos ainda por construir entre o município de Lages e o trevo da BR-470, em Campos Novos, e entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Paraíso, na divisa com a Argentina.



Rodovia é essencial para o desenvolvimento não só da Região, mas de todo o Estado

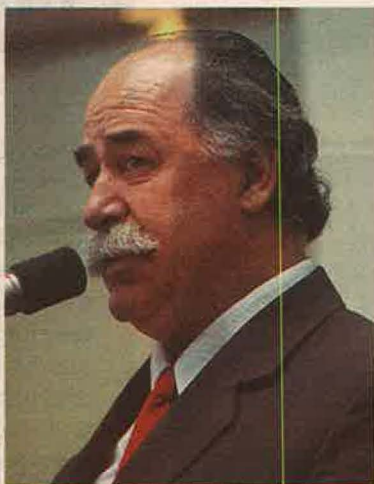
Denise Arruda Bortolon

O presidente do Fórum Permanente da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), que presidiu a sessão juntamente com o procurador-geral Nazareno Jorgealém Wolff, explicou que muitas instituições já foram criadas para defender a conclusão da BR-282 e que, em 11 anos de luta, não conseguiram ver uma solução. "A população está revoltada porque luta e não consegue ver nada concluído. Cerca de R\$ 35 milhões estão debaixo da lama e não vemos uma ação do governo federal. Em outras BRs, como a 470 e a 101, a população interdita e consegue alguma coisa, mas aqui nem isso dá para fazer", desabafou o presidente.

O governo federal, entretanto, há mais de cinco anos tem recursos alocados no Orçamento e chegou a celebrar três contratos destinados à con-

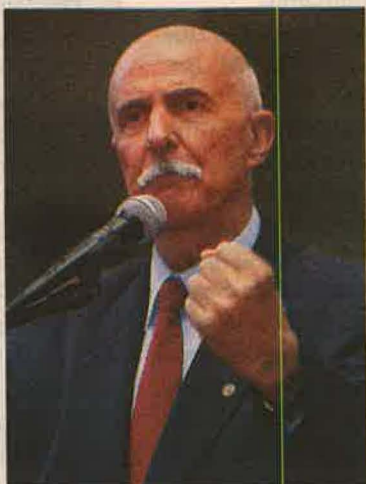
clusão desses trechos, os quais foram suspensos pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em função de irregularidades praticadas pelo ex-diretor do DNER, Edgar Antônio Roman, pelo ex-diretor do DNER, Genésio Bernardino de Souza, e pela construtora ARG Ltda., com sede em Belo Horizonte (MG).

Segundo o procurador Nazareno, a análise das decisões do Tribunal demonstra que restam ainda R\$ 11 milhões a serem aplicados no trecho São José do Cerrito-Vargem, valor esse que está em poder da empresa ARG, mas a devolução já foi determinada pelo TCU, com base em ampla e criteriosa auditoria. "Prendemos marcar uma outra reunião para tentar um acordo com a empresa ARG, caso contrário, o Ministério Público Federal dispõe-se a recorrer em seguida à via judicial, visando liberar o



Deputado Romildo Titon

DNIT dos contratos com a empresa. Porém, a empresa não manifesta interesse em devolver o dinheiro e sequer em negociar, bem como recusa-se a rescindir os contratos pelos quais se comprometeu a executar as obras, que praticamente concluem a rodovia. O governo federal fica impedido de aplicar recursos na estrada, e quem sofre é a população de uma das regiões mais pobres de Santa Catarina".



Deputado Francisco Küster

Mornas existem problemas de sinalização e faltam rótulas. É muito dinheiro enterrado com gente que não tem compromisso com Santa Catarina. Não conheço e nem faço muita questão de conhecer os representantes dessa empresa. Entretanto, precisamos do engajamento de todas as autoridades e de todos os setores para limpar este trecho".

Compromisso

Para o deputado Francisco Küster (PSDB), a descrença da população local pelo descaso com a conclusão do trecho Lages-São José do Cerrito, o fez perder a paciência com a empresa e propor que a obra seja concluída pelo 10º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção). "Em alguns trechos da rodovia, só a camada de asfalto básico foi colocada. De Alfredo Wagner a Águas

Manifestações

O deputado Sérgio Godinho (PTB) acredita que está acontecendo um fato inédito e deplorável. "Estamos vivendo um pasmo, não sabemos o que fazer. Vários desmatamentos na Amazônia e aqui não podemos mexer em uma árvore caída". O parlamentar ainda citou um acordo entre o governo de Santa Catarina e governo federal, no qual o Estado doará R\$ 5 milhões para a realização da obra. "A primeira parcela de R\$ 500 mil já foi paga", acrescentou Godinho, salientando que ainda faltam nove parcelas e que o dinheiro está sendo depositado na conta bancária do 10º BEC.

O relator do Fórum Permanente da BR-282, deputado Antônio Ceron (PFL), fez vários questionamentos. "Eu fico com raiva. Onde estão os recursos de verbas liberadas e porque as obras vão tão devagar? Será que não dá para acelerar um pouco e melhorar o cronograma?". Já o deputado Reno Caramori (PP) frisou: "O Ceron disse que fica com raiva, eu tenho vontade de chorar. Quem não transita pela estrada acha que é como qualquer outra, mas não é. É a espinha dorsal de Santa Catarina, é o caminho da roça. Quanta economia e agilidade teríamos se esta obra estivesse pronta".



Deputado Sérgio Godinho



Deputado Antônio Ceron



Deputado Reno Caramori

AV

De
Baldiss
ços par
go na es
demos
tratado
do. Qu
Público
solver e
das, já
gião po
"E
cretari
Chapec
de tant
Continu
te como
torno q
custa te
mos na
Miguel
preside
de Nadá
to verba
d'Oeste
to de est
outras s
sua imp
gentino:

Re
a

Os
(PP) e Fe
ciparam
conclus
dos polí
"F
os dema
mesmo
a socie
verno pa
zolin. E
das cole
nenses t
O depu
mesmo
pois a m
cráticos
ro defini
por um
de respo
ou algu
Agora va
vés da a
co. As
A E
ges está
tos e inv
que o p
três ano
dos inve
finitiva

Situação de trechos da BR-282

anços

Acordo com o deputado Pedro (PT), já houve três grandes avanços melhores condições de tráfego. “Esse é o momento. Não pô- nimir que o dinheiro público seja dessa forma, enterrado ou perdido- fazer um elogio ao Ministério do acordo ou uma ação para re- problema de uma vez por to- somos mal interpretados na re- e a obra não sai”.

Adidas atrás o governo criou a Se- os Negócios do Oeste, em para concluir a BR-282. Depois nos não conseguimos terminar. os na expectativa, já que no Oeste- plamente penalizados. O con- mos que fazer pela BR-470 nos o e dinheiro, além de não ter- de concreto no trecho de São Deste a Paraíso”, disse o vice- da Alesc, deputado Herneus MDB), que fez um requerimen- ara que o trecho de São Miguel Paraíso seja inserido como obje- o e defesa. “Precisamos buscar as para que a rodovia exerça a nte função de atrair turistas ar- escoar a produção”, concluiu.



Deputado Pedro Baldissera



Deputado Herneus de Nadal

Acordo ainda em suspenso

Sobre o trecho São José do Cerrito a Vargem falaram João Manoel da Silva Dionísio, do TCU (Tribunal de Contas da União), Newton Roquete Filho, engenheiro da empresa ARG, e João José dos Santos, representando o DNIT/Ministério dos Transportes. Dionísio informou que em 20 de março de 2003 o TCU expediu a decisão para que a empresa terminasse a obra, mas até agora não houve acordo.

“Entretanto, nada impede que o Congresso mande prosseguir, mas ele não quer interferir no trabalho do TCU. Esse é o processo mais importante e necessário, difícil e complicado que o TCU tem, pois não pode aceitar uma obra que não está dentro das normas que segue. Ainda podemos fazer uma repactuação, como reduzir o contrato, o que não seria estranho e possibilitaria não parar a obra”, afirmou.

A empresa ARG tem 25 anos de mercado e é a 20ª indústria de

engenharia pesada do mundo. Já concluiu 500 quilômetros de estrada entre o Paraguai e a Argentina. De acordo com Newton, foi ela que instalou o maior parque de equipamentos em Santa Catarina para a construção da BR-282. “Fomos a única empresa que cumpriu os demais contratos no prazo e até mesmo antes. Estamos há três anos parados, mas o maquinário continua montado”, explicou Newton. Sobre o problema com a licitação, o engenheiro considera que é um trabalho bastante demorado porque não se trata de um valor unitário, mas de mais de 200. “É um julgamento de detalhes. Estamos dependendo de recursos da União, enquanto esperamos a repactuação de preço. A empresa tem um entendimento diferente. Vamos continuar recorrendo até a última instância. Não existe má-fé de nenhuma das partes.”

Os demais trechos ainda não foram iniciados por isso o debate ficou contido entre os trechos de Lages a Cerrito e de Cerrito a Vargem, mas todos acreditam que os outros trechos também estão sendo trabalhados para que sejam concluídos e que façam parte dos recursos solicitados.

A SC Parcerias S/A e a Fetransesc também aproveitaram a oportunidade para propor a integração da rodovia ao sistema de PPPs (Parcerias Público-privadas) com vistas a garantir sua manutenção. “O objetivo é gerar investimentos no território catarinense através de participações societárias ou pela celebração de contrato”, esclareceu o presidente da SC Parcerias, Vinícius Lummertz. Ele considera o modelo de São Paulo como um ótimo exemplo para Santa Catarina, enquanto Pedro Lopez colocou a Fetransesc à disposição do Fórum.

Recursos estão segurados

Deputados federais Ivan Ranzolin (PSD) e Coruja (PPS) também participaram da audiência. Ranzolin disse que a falta de recursos não é mais problema.

“Com inveja quando vou para países da América Latina, e até nos estados de nosso país, onde se associou a entidades e go- para patrular as estradas”, disse Ranzolin. Também falou que as 16 emendas a que os deputados catarinenses já foram apresentadas. Coruja frisou que é difícil entender o que está acontecendo, porque a maioria dos problemas são burocráticos. “Sempre teve orçamento e dinheiro para a conclusão da obra, mas sem o faturamento, que não é só a habilidade da empresa. Alguém responsável tem o dever de fiscalizar. Vamos começar a ver resultados através do Ministério Público. As obras vão ser executadas.”

A Procuradoria da República em Florianópolis, ao coletando informações, documentando os fatos e já percebeu que o processo se denserola no TCU há muito tempo, o que não há o menor interesse em dar uma solução para o problema.

Painéis apresentam soluções

Durante a tarde, quatro painéis foram apresentados, sobre os trechos Lages a São José do Cerrito, São José do Cerrito a Vargem, Vargem até o entroncamento com a BR-470 e trecho São Miguel d'Oeste ao rio Peperiguaçu, além de soluções para adequação e manutenção da BR-282. Para falar do primeiro trecho foram convidados o presidente do Deinfra, Romoaldo França Júnior, o deputado Sérgio Godinho (PTB) e o coordenador da 16ª UNIT (Unidade de Infra-estrutura do Transporte), João José dos Santos.

Romoaldo esclareceu a parceria com o governo estadual dizendo que ainda não haviam desembolsado nenhuma parcela. “Agora vão fazer o primeiro depósito na conta do Batalhão. Damos total apoio ao Fórum e quero deixar claro a vontade que temos que as BRs 280, 470 e 282 voltem para o Estado, mas só se tiver condições de manutenção.” Segundo ele, os recursos que estão sendo liberados para o Estado são muito pequenos para pensar em fazer a manutenção. Dá apenas para concluir os trechos. “Precisamos do empenho de toda a sociedade para conseguir recursos. Dos recursos da Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico/Combustíveis), 29% vão para os estados, o que chega a R\$ 50 milhões

de investimentos ao ano”.

Repasses - Para João José, a demanda é muito reprimida, pois ficou muitos anos sem receber nenhum tipo de investimento. “Mas agora o presidente Lula já disponibilizou R\$ 6 bilhões no Orçamento da União para os transportes, sem contar com os repasses da Cide”, afirmou. De acordo com ele, com o resgate dos repasses da Cide será possível fazer a manutenção de alguns trechos. Quanto ao trecho Lages - Cerrito, em 2003 foram empenhados R\$ 2 milhões, em 2004 foram R\$ 2,27 milhões e ainda neste mês serão colocados mais R\$ 5,9 milhões. “Agora teremos tranquilidade e não haverá mais problemas junto à comunidade em busca de verbas para a conclusão”, garantiu.

Godinho apresentou o papel fundamental que a BR-282 tem para o Estado, para o Brasil e para o mundo, pois é o caminho para o Conesul. “Ajudará no escoamento dos produtos para o Chile, Paraguai e Argentina, e daí para todo o mundo. Agora está certo, não há mais nada que atrapalhe. E a segunda etapa será de Cerrito a Campos Novos, que vai direcionar os produtos do Oeste para o Litoral. Claro que trará perdas para a BR-470, mas só na questão de restaurantes e postos de gasolina. Até dezembro, o pessoal não pisa mais no barro”.

Histórico

Em 1995, durante o mandato do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), o trecho Lages a São José do Cerrito foi delegado ao governo estadual para manutenção e ligação asfáltica, onde, em 1996, executou os 12 quilômetros da obra em 18 meses, com recursos do Estado.

Em 2000, as obras foram retomadas pelo governador Esperidião Amin (PP) e 3,5 quilômetros foram executados em 18 meses. Foi licitada e iniciada a terraplanagem do trecho de 53,4 quilômetros entre São José do Cerrito e Vargem. Porém, as obras foram paralisadas em novembro de 2001 por falta de recursos em função de alteração do projeto inicial.

Em 2001, a obra foi licitada e dada ordem de serviço de terraplanagem no trecho de 17 quilômetros entre Vargem e Campos Novos. As obras continuam em andamento neste trecho. Ainda em 2001, o governador Amin devolveu a delegação do trecho entre Lages e São José do Cerrito ao DNIT, hoje DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes). Então ficou firmado convênio entre DNIT e o 10º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção), que está executando terraplanagem no trecho.

Vieirão questiona alterações no Fundo Social

Com base na reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), realizada na manhã de terça-feira (17), o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) ocupou a tribuna na mesma tarde para falar do PL n° 122/05, encaminhado pelo governador ao Legislativo, prevendo alterações na Lei n.º 13.334/05, que instituiu o Fundo Social. São duas alterações, basicamente, no primeiro e segundo parágrafos do Artigo 14 da lei que criou o Fundo, que assegura a distribuição de recursos aos municípios. A outra alteração diz respeito à revogação do Artigo 15 da lei, que terá sua eficácia suspensa.

Segundo Vieirão, é um absurdo o que o governo está fazendo com relação ao Fundo Social, pois ele afirma respeitar esta Casa, mas está, no meu

ver, desrespeitando, ao propor essas mudanças. “Por exemplo, o Artigo 15 está tendo eficácia total, e não é justo que ele sofra alterações”, explicou o parlamentar.

Em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) disse que “é lamentável o que aconteceu na reunião da CCJ, quando tive meu pedido de diligência negado e, conseqüentemente, foi aprovado o relatório apresentado pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB),



Vieirão: Artigo 15 tem eficácia total

O governo agiu de má-fé com relação ao direito dos municípios”, informou Ponticelli.

Ao retornar a seu pronunciamento, Vieirão agradeceu as palavras e ressaltou que o governo, infelizmente, está descumprindo seus deveres com relação aos orçamentos, tanto que já estamos no mês de maio e ele ainda não divulgou nenhum balanço dos orçamentos dos meses de janeiro e fevereiro. Não existe transparência orçamental neste governo”, desabafou. (TM)

Deputados querem ajuda para município

Os deputados Pedro Baldissera (PT) e Joares Ponticelli (PP) apresentaram moção pedindo providências urgentes ao governo federal para a área do município de Santa Helena, no Extremo-oeste. Da tribuna, na tarde de terça-feira (17), Baldissera também fez um apelo ao governo estadual para que providências sejam tomadas o mais rápido possível. Os prejuízos provocados pelo vendaval chegam a mais de R\$ 5 milhões.

Segundo ele, a região Oeste tem

passado por inúmeras dificuldades como a estiagem e agora um vendaval atingiu drasticamente a população, o comércio e a indústria. “Santa Helena foi o município que mais sofreu. Ao todo, foram 250 moradias destelhadas, 300 propriedades rurais danificadas, prejuízos em alguns prédios públicos, como a Escola de Ensino Fundamental, que foi destelhada, deixando mais de 600 estudantes sem aula. Comunidades afastadas estão sem energia elétrica”, informou. (TK)



Baldissera relatou prejuízos com vendaval

Simone pede aprovação de projetos

A deputada Simone Schramm (PMDB) apresentou dois novos projetos na sessão plenária de último dia 11 e pediu a ajuda dos demais parlamentares para que os projetos possam ser implantados em Santa Catarina. O primeiro trata da autorização de doações de cordões umbilicais em Santa Catarina e o segundo da criação do Banco Estadual de material placentário e cordões umbilicais para fins de transplante, pesquisa e clonagem terapêutica.

“Esses projetos, se forem aprovados, podem trazer muita esperança de cura para as pessoas que necessitam de tratamento. O sangue do cordão umbilical é considerado como célula da esperança, pois pode proporcionar a cura de doenças como lupus, diabetes, infarto, esclerose, lesões musculares, distrofia muscular e doenças nos olhos”,

explicou Simone.

Conforme a deputada, “a ciência deu um importante passo na área da saúde com a descoberta das células-tronco, e por isso, como representantes da sociedade, nós parlamentares temos que lutar para que possamos acompanhar a evolução e levar até a sociedade a oportunidade da cura”.

Os transplantes de cordão não-familiar realizados no Brasil são feitos com material proveniente de outros países, financiados pelo governo federal. Isso custa aos cofres públicos aproximadamente 20 mil dólares (quase R\$ 60 mil) e o custo para o congelamento de um cordão umbilical no país é de R\$ 3 mil. “Temos que trabalhar para que os projetos se tornem realidade, só assim vidas serão preservadas e o Estado poderá realizar uma grande economia”, informou. (TM)

Aprovados

Indicação

Os parlamentares aprovaram na tarde de quarta-feira (18) indicação do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), endereçada ao governador, ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao comandante-geral da Polícia Militar solicitando gestão legal e administrativa visando à transformação do 3º Pelotão da 3ª Companhia em uma Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar a ser implantada em Imbituba. Garcia justifica que a iniciativa atende aos anseios dos moradores daquela região, que sofre com o aumento do índice de violência e criminalidade, gerando medo e insegurança junto à população.

Parlamentar com base eleitoral no sul do Estado, o presidente da Alesc informa que o pelotão atua de forma exemplar, embora conte com apenas 51 policiais militares, três viaturas e quatro motocicletas. O município de Imbituba tem 38.141 habitantes e é conhecido nacionalmente por sediar o segundo maior porto do Estado, pelas belezas e recursos naturais que atraem milhares de surfistas do Brasil e do exterior, além da concentração de baleias francas apreciadas por turistas, de maio a novembro.

Garcia enfatiza que a crescente demanda de turistas nas praias da Vila, do Rosa, da Barra, de Ibiraquera e do Porto é proporcional aos índices de violência e criminalidade, tornando necessária e urgente a transformação do Pelotão para minimizar os efeitos nocivos da insegurança pública ao cidadão do sul do Estado. (RV)

Viagem do vice

Os parlamentares aprovaram, na sessão plenária do dia 17, o projeto de decreto legislativo n° 10/05, que autoriza o vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) a ausentar-se do país de 19 de maio a 4 de junho, em viagem para os Estados Unidos e França.

Na cidade de Boston (EUA), Moreira terá um encontro com a comunidade catarinense, enquanto que em Paris participa da Conferência Européia de Segurança Pública, de um encontro com o embaixador brasileiro Sérgio Amaral e visita o centro de tecnologia organizado pela Spot Image, empresa especializada em imagens por satélite. (RV)

PEC é admitido

O Plenário aprovou a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional n° 7/04, de autoria do deputado Francisco Küster (PSDB), que altera o Artigo 70 da Constituição Estadual. A proposição volta a tramitar nas comissões permanentes e, caso seja aprovada, vai determinar que a Assembléia Legislativa autorize a viagem do governador e do vice-governador para outros estados ou para o exterior somente quando exceder o período de 15 dias. Uma emenda substitutiva global ao PEC dispõe que o Legislativo será informado e oficializado de qualquer viagem destas autoridades no período inferior a 15 dias. (RV)

Parlamento lamenta acidente com atletas

A morte do técnico e de atletas da equipe masculina de handebol de Chapecó, na madrugada da última terça-feira (17), em acidente automobilístico na BR-369, entre Cascavel e Campo Mourão, no norte do Paraná, foi profundamente lamentado em Plenário.

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) ocupou a tribuna para lamentar a tragédia e dizer para as famílias das vítimas que Santa Catarina “não perdeu apenas grandes atletas, mas grandes pessoas”. Sorgato apresentou requerimento para envio de expediente à secretaria municipal de Juventude, Esporte e Lazer de Chapecó manifestando pesar pelo acidente rodoviário que vitimou os desportistas, enquanto o deputado Genésio Goulart (PMDB) solicitou o envio de expediente à Federação Catarinense de Handebol, manifestando pesar pelo falecimento dos atletas. (TM)

Dionei diz que SC recebe verbas federais

Na sessão plenária do último dia 12, o petista Dionei Walter da Silva afirmou, em discurso da tribuna, que nunca Santa Catarina teve tantos recursos provenientes do governo federal. O volume aplicado atualmente, segundo ele, é o maior da história, "Nunca é o suficiente. As pessoas sempre reclamam. E o pior ainda está por vir. Na maioria das obras que recebem verbas do governo federal, isto nunca é mencionado." Dionei citou o caso do aeroporto de Laguna, que recebeu um total de R\$ 8 milhões do governo federal e apenas R\$ 300 mil do governo estadual. "Só o governo estadual é lembrado. Isso é muito estranho." Endossando as palavras de Dionei, o deputado Paulo Eccel, líder do PT, disse que os municípios também estão "esquecendo" de mencionar verbas recebidas do governo federal.

Ingratidão - Francisco Küster (PSDB) qualificou de "ingratidão" do deputado Dionei as



Dionei relacionou verbas de Brasília

críticas ao governo estadual. Segundo o tucano, "a ingratidão cala e dói e sobre isso tem ressentimentos o governador Luiz Henrique". Estão esquecendo das parcerias, das ajudas para garantir a governabilidade do governo federal, argumentou Küster. Por outro lado, disse que sente orgulho e elogiou o governo federal pelas tratativas feitas com os povos de outros países. "Temos que nos desvencilhar do mercado americano". (GMP/MOR)

Mota comemora obra

Fundamental como elo de ligação entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a contratação das obras da ponte sobre o rio Mampituba, na BR-101, ligando os municípios de Passo de Torres (SC) e Torres (RS), iniciará em agosto. Segundo analisa o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, a obra promete aquecer a economia do Estado. Na sessão plenária do último dia 12, o parlamentar foi à tribuna para falar da importância da realização dessa obra e os benefícios que trará para Santa Catarina.

O deputado Mota contou que foi convocado para com-



Mota informou sobre contratação

recer no Centro Administrativo do Estado, na tarde do dia 11, para junto com o governador ca-

tarinense, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e o governador gaúcho, Germano Rigotto (PMDB), conversar e acertar detalhes para a realização da obra, informou Mota.

O projeto de engenharia da contratação da ponte tinha sido elaborado no governo do também peemedebista Paulo Afonso. "Isso facilitou as negociações para a realização da obra. Com o projeto em mãos ficou mais fácil, ou seja, tendo algo para apresentar e argumentar já um grande passo. Nós, políticos, temos que lutar para que o Estado possa se desenvolver e proporcionar à sociedade boas condições de vida, e por isso temos que correr atrás, pois aqui no Brasil as coisas só funcionam se lutarmos muito", disse. (TM)

Onofre enaltece ex-comandante da PM

Considerando a decisão do Comando Geral, de mudar o Comando do Policiamento Metropolitano, o deputado Onofre Agostini (PFL) ocupou a tribuna na sessão ordinária do dia 17 para falar sobre o reconhecimento dos serviços prestados pelo coronel Eliésio Rodrigues à frente do Comando, através de uma carta enviada ao coronel. O parlamentar também discorreu sobre um requerimento que apresentou para que seja realizada audiência pública para discutir a unificação das datas dos vestibulares nas universidades federais.

Segundo Onofre, Eliésio teve uma participação carregada de esmero e dedicação, conduzindo as soluções e se empenhando junto com seus comandos. "Não quero entrar no mérito de sua exoneração, mas quero dizer a toda Santa Catarina que bom seria se existissem outros capitães como ele. Também quero lamentar da forma como foi substituído. Quem perdeu foi a polícia do Estado e o povo da capital".

Os parlamentares Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB) também



Onofre quer datas unificadas

solidarizaram-se com o coronel. "Só tenho elogios a fazer a esse homem público. O meu descontentamento é relacionado com a forma como ela foi feita", disse Vieirão.

A exoneração, segundo Blasi, foi uma substituição hierárquica. "Ele é um policial vocacionado, chegou ao cargo máximo e cumpriu a sua função."

Vestibulares - Agostini justificou que a unificação das datas vai beneficiar justamente os estudantes menos favorecidos, dando-lhes efetivas chances de entrar em alguma universidade federal. "Estou propondo audiência pública para reunir representantes das universidades federais para que o ministro da Educação unifique as datas, e os vestibulares se tornem justos aos estudantes carentes." (DAB)

Godinho faz homenagem

Ao falar da tribuna na sessão ordinária do dia 12, o deputado Sérgio Godinho (PTB) homenageou o proprietário do Café Guidali e sua filha, respectivamente, Jaci e Jane Guidalli, pelos 53 anos de atividade da empresa e também pela conquista, nesse período, de inúmeros prêmios de reconhecimento. O parlamentar destacou que o Café Guidalli está entre os 10 melhores cafés do Brasil e é o vencedor do 1º Concurso Nacional da ABIC (Associação Brasileira das Indústrias de Café), em Brasília.

"Pode até parecer ufanismo querer homenagear uma empresa de seu município. Mas não poderíamos deixar passar em branco o sucesso desses empreendedores lajeanos que há 53 anos estão no mercado de trabalho e conquistaram centenas de prêmios e por oito vezes ganharam o Top of Mind como sendo o melhor café da região serrana de Santa Catarina. Além disso, o Café Guidalli se encontra entre os 10 melhores do país e recebeu o prêmio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se transformou o garoto propaganda do nosso produto", contou.

Amigo e de convivência próxima com a família Guidalli, o deputado Antônio Ceron (PFL) também manifestou seus cumprimentos pela trajetória da empresa. "Temos orgulho em nos destacarmos com marcas fortes e o Café Guidalli é um exemplo", assinalou. Godinho, no final das manifestações, entregou uma placa de reconhecimento ao empresário Jaci Guidalli. (CA)

Odete defende Fundo Social

A deputada Odete de Jesus (PL) defendeu o Fundo Social durante sua manifestação em Plenário na terça-feira (17). "Eu votei favoravelmente ao Fundo e parabéns todos os outros deputados que votaram a favor desse projeto", disse. A deputada leu trecho de uma matéria do jornal *A Notícia* do dia em que o secretário da Coordenação Estadual, João Matos (PMDB), informa que a partir do segundo semestre o governo irá distribuir cerca de 450 mil conjuntos de uniforme escolares para alunos do ensino fundamental da rede pública estadual. Segundo Matos, os recursos para implementar a ação virão do Fundo Social e do Fundef (Fundo de Manuten-



Odete: asilos e orfanatos terão amparo

ção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

"O Fundo trará amparo e ajuda financeira a várias instituições, asilos e orfanatos. Como vou votar contra um projeto como esse?", questionou. "E eu sei que estes recursos estão indo para nossas crianças que tanto precisam", finalizou. (MAP)

Ponticelli fala da rizicultura

Cerca de 12 mil famílias catarinenses que cultivam arroz estão atravessando um período de extrema dificuldade. De acordo com o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, que tratou do assunto na sessão ordinária de quarta-feira (11), são mais de 13 hectares por família, chegando a produzir em torno de 1,08 milhão de toneladas, o que equivale a 8% da produção nacional.

Segundo o parlamentar, o custo médio de uma saca chega a R\$ 23 e o agricultores estão vendendo a R\$ 18, tendo R\$ 5 de prejuízo por saca vendida. "É uma das maiores crises de todos os tempos e um dos motivos desse momento é a carência de uma política nacional. De março de 2004 a janeiro de 2005, o país importou arroz da Argentina e do Paraguai a R\$ 20 a saca, enquanto o produtor catarinense está vendendo o seu produto a R\$ 17,25".

O líder da bancada do



Ponticelli pediu pelos produtores

João Henrique Blasi (PMDB). "É preciso que haja sensibilidade, pois a situação está crítica. Os moradores das cidades vizinhas estão pensando em tomar uma medida extrema, que seria a de interditar as rodovias", referindo-se às rodovias que cortam o município de Imaruí. Blasi informou que vai interceder pedindo providências imediatas.

Taxas - Ao dar conhecimento ao Plenário de denúncia veiculada em jornal do sul do Estado, de que o Detran de Tubarão está cobrando taxas ilegais, Ponticelli cobrou explicações do governo estadual.

O parlamentar informou que os proprietários de veículos no município, para obter o licenciamento de seus carros, precisam procurar os serviços de oficinas particulares, pois o Detran local não está realizando o serviço. Por isso, Ponticelli disse que irá buscar esclarecimentos sobre os motivos que levaram o Detran a deixar de proceder as vistorias nos veículos em Tubarão. (DAB/MOR)

PMDB, deputado Manoel Mota, acredita que os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão passando pelo pior momento para a rizicultura. "No ano passado, o teto da saca chegou a R\$ 40. Muitos investimentos foram feitos, como a ampliação da plantação. Os produtores nem estão conseguindo vender o seu produto. O governo só tem uma alternativa, comprar 30% e estocar", afirmou.

O pepebista fez um apelo ao líder do governo,

Caramori contesta afirmações de Ministério

As declarações do secretário nacional do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmando que o deputado Reno Caramori (PP), juntamente com o secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável, Bráulio Barbosa, avalizavam todos os atos realizados para discutir a criação de três áreas de preservação na região Oeste do Estado, foram contestadas na sessão plenária do dia 12 pelo parlamentar, durante a sessão ordinária.

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia, Caramori mostrou-se indignado com a habilidade de Capobianco em jogar responsabilidades "nas costas dos outros", tentando lavar as mãos sobre o que foi divulgado pelas rádios de Ponte Serrada e Abelardo Luz, quando as audiências públicas foram programadas, mas canceladas por motivo de segurança pela Justiça local.

"Eu sempre contestei a forma com que eles estão tratando o assunto. Até mesmo a senadora Ideli Salvati (PT) tentou nos responsabilizar e disseram que fazíamos parte da força-tarefa do GTAraucária. Isso é falta de informação. Não concordo com o termo conservação. Temos que nos preocupar em conservar, mas também preservar e perpetuar a espécie, plantando e estendendo o plantio, e não acabando com a araucária. Conservar, pela maneira que ele trata o assunto, é a mesma coisa que conservar pepino num vidro com vinagre", ironizou o deputado.

Título - Reno aproveitou também para congratular-se com a equipe de futebol de campo feminino de



Caramori: querem fugir da responsabilidade

Caçador pela conquista da XIV Taça Brasil da modalidade. O título foi ganho no dia 1º de maio, diante de outra equipe catarinense, representante do município de Chapecó, em partida realizada no interior de Mato Grosso. (CA)

Requerimentos

Em 27/04

- A deputada Ana Paula Lima (PT) requereu o envio de expedientes ao secretário da Infra-estrutura, solicitando melhorias na rodovia SC-474, e ao secretário da Saúde, solicitando liberação de recursos ao Hospital São Benedito, de Benedito Novo.

- De autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB), expedientes ao secretário da Infra-estrutura, solicitando o recapeamento asfáltico do trecho da rodovia SC-426, em Trombudo Central; a implantação de redutores de velocidade na SC-426, nos trechos Trombudo Central/Braço do Trombudo e Trombudo Central/Agrolândia. Também solicitou ao secretário da Saúde, a promoção de cursos de capacitação destinados aos motoristas de ambulâncias no Estado.

- Expediente, requerido pela deputada Odete de Jesus (PL), foi remetido ao ministro do Supremo Tribunal Federal, solicitando o restabelecimento do número anterior de vereadores das Câmaras Municipais.

- De autoria do deputado Cesar Souza (PFL), expediente dirigido ao governador e aos secretários de Desenvolvimento Regional de São José e da Infra-estrutura, solicita providências em prol da implosão de pedras localizadas no km 10 da SC-410, acesso a Governador Celso Ramos. O parlamentar também solicitou ao governador do Estado, ao secretário da Segurança Pública e ao comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar, viaturas de Auto-socorro de Urgência - ASU para o Município de Florianópolis.

- O deputado Gelson Sorgato (PMDB) requereu o envio de expediente ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a recuperação da ponte sobre o rio Chapecó, que liga Nova Itaberaba a Nova Erechim. Ao secretário da Saúde, solicitou a instalação de uma nova casa de força no Hospital Regional de Joinville.

- O deputado Genésio Goulart (PMDB) é autor de requerimento dirigido ao secretário da Educação propondo a criação de curso técnico de enfermagem no Centro de Educação Profissional Diomício Freitas, de Tubarão. Aos secretários da Educação e de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Goulart solicitou a extensão do CEDUP/Tubarão para o município de Braço do Norte.

- Expediente requerido pelo deputado Rogério Mendonça foi remetido à Petrobras, solicitando patrocínio ao curso de Engenharia Mecânica da UFSC, terceiro colocado na competição nacional das escolas de Engenharia Mecânica, para participar do Concurso Internacional de Mecânica, nos EUA.

Em 3/05

- De autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), a Assembléia remeteu expediente ao presidente da República, ao ministro dos Transportes, ao governador do Estado e ao secretário da Infra-estrutura, solicitando que não seja implantado posto de pedágio na BR-116, entre Lages - Correia Pinto - Ponte Alta.

- O deputado Reno Caramori (PP) é autor de requerimento dirigido ao secretário da Infra-estrutura, solicitando melhorias na sinalização da SC-302, em Lebon Régis. Também requereu, ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, a implantação de lombadas eletrônicas na BR-116, em Correia Pinto. Ao governador e secretários da Infra-estrutura e do Desenvolvimento Regional de Lages, solicitou a estadualização da rodovia que liga Correia Pinto e Palmeira.

- Dirigido ao governador e ao secretário da Segurança Pública, foi remetido requerimento de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), pedindo o aumento do efetivo policial em Camboriú.

- O pefelista Cesar Souza (PFL) requereu ao governador projeto de lei que visa à proteção e à defesa dos consumidores de combustíveis.

- Os deputados Pedro Baldissera (PT) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), assinam requerimento remetido ao governador e ao secretário da Fazenda, propondo a alteração da redação do inciso I do Art. 8º do Anexo 2 - Benefícios Fiscais do Regulamento do ICMS/SC.

- Requerimento dirigido ao secretário da Infra-estrutura, de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB), solicita melhoria na sinalização e implantação de redutores de velocidade na SC-302, próximo ao trevo de Alfredo Wagner. Pediu ainda melhorias na Estrada da Madeira, que liga Agronômica e Trombudo Central. Ao secretário da Educação, requereu a reforma na EEB Raulino Horn, em Indaial.

DOS GABINETES

Deputado apóia piso salarial para SC

O deputado Afrânio Boppré (PT) quer que Santa Catarina tenha piso salarial específico, conforme autoriza a Lei Complementar nº 103 à Constituição Federal. Boppré entende que a economia do Estado difere de outras regiões e que o trabalhador catarinense que depende do salário mínimo nacional sai perdendo, com menor poder de compra. Como o governo estadual não toma a iniciativa de corrigir esta distorção, o parlamentar pretende iniciar uma discussão sobre o tema, como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembléia Legislativa, envolvendo representantes dos trabalhadores e de entidades de classe.

“O aumento dado pelo governo federal ao salário mínimo está aquém do que gostaríamos, mas Santa Catarina pode ter um piso salarial compatível com sua economia, como já têm Rio Grande do Sul, onde varia de R\$ 367,00 a R\$ 399,65, e Rio de Janeiro, onde o piso vai de R\$ 310,00 a R\$ 373,00. Mas, como o governo estadual está mudo, vamos mobilizar a Assembléia Legislativa e a sociedade para o debate”, disse o deputado petista na quarta-feira (11), em Plenário. Afrânio já conversou com a CUT e com o Dieese e pretende mobilizar outras instituições como Fiesc, Federação do Comércio, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário, Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina, entre outras. (CR)



Petista afirma que piso é possível

ICMS ecológico está em análise

O projeto do ICMS Ecológico está em análise na Secretaria da Fazenda e brevemente deverá ser encaminhado ao Legislativo. Para discutir o encaminhamento sobre a proposta, o deputado Francisco de Assis (PT) esteve



Assis espera pela proposta

em audiência no último dia 11 com a coordenadora do projeto na Fundação do Meio Ambiente de SC, Cristina Gerber, assessores jurídicos, o representante da Assembléia Legislativa na discussão, Idelvino Furlanetto, e Regina Dittrich, ex-procuradora do Estado.

Há mais de três anos o deputado Assis luta para a aprovação deste projeto, que regulamenta a distribuição de 25% da arrecadação do ICMS no Estado. Atualmente, a matéria se encontra na secretaria da Fazenda sob a responsabilidade do especialista em legislação tributária, Velocino Pacheco, que elaborará a redação final. (LC)

Agricultores reivindicam laboratório



Godinho: podemos fazer as análises

O deputado Sérgio Godinho (PTB) reivindica da Secretaria de Estado da Agricultura o funcionamento do Laboratório de Análise de Virose da Epagri de São Joaquim. Há alguns anos, o governo do Estado investiu R\$ 500 mil no laboratório mas ele encontra-se fechado. “Nossa região já conta com o Laboratório de Biotecnologia, na Epagri de Lages, onde se faz a clonagem de espécies vegetais e, para completar, precisa realizar suas próprias análises de virose”, constata o deputado.

A solicitação feita ao secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, tem o respaldo da Associação Serrana de Produtores de Batata e Batata-semen-

te, da gerência da Epagri de São Joaquim. Em Santa Catarina, 550 agricultores se dedicam ao cultivo de batata, sendo responsáveis pela produção de 350 mil toneladas do tubérculo e 150 mil caixas de batata-semente por ano.

Soja - Na segunda-feira (16), Godinho, que preside a regional da CCIBC-SC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China), deputado Sérgio Godinho (PTB), juntamente com o secretário executivo da CCIBC-SC, advogado Mauro Viegas, assinaram contrato de cooperação com autoridades governamentais da China e com o diretor-presidente da Shaine Way Group, empresário He-ke, do setor de soja. (IRM)

Eccel leva campanha às escolas

O deputado Paulo Eccel, coordenador do Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia - braço da campanha nacional “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, visitou no último dia 9, duas escolas da cidade de Guarububa, para falar sobre a referida campanha, onde pôde explicar para 1.300 alunos a importância de uma programação de qualidade na TV brasileira,

“Crianças, adolescentes e toda a população brasileira são consumidores de conteúdos televisivos repletos de agressões, palavrões, montagens bizarras, violência e sexo, muito sexo. Há uma overdose de conteúdos que estimulam crianças e adolescen-



Deputado coordena Fórum em SC

tes a serem consumistas, individualistas, quando poderiam reforçar o sentimento humanitário e a noção de cidadania”, avalia Eccel. O deputado explicou também que o Fórum irá propor atividades visando a orientar as crianças e os adolescentes e também criar oficinas de aperfeiçoamento para professores contra a baixaria na TV. (CM)

Aguiar requer rotatória

A crescente onda de acidentes que vem ocorrendo nos municípios de acesso a região de Canoinhas está preocupando o deputado Antônio Aguiar (PFL). Para minimizar o problema, o parlamentar está solicitando junto ao Governo Federal a elaboração e execução de projetos para a instalação de rotatórias em vários pontos da BR 280.

Em requerimento encaminhado ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, o parlamentar pede a elaboração de um projeto para a construção de um trevo rotatório na ligação da BR 280 com a BR 116, acesso aos municípios de Canoinhas. O pefelista solicita ainda a instalação também de um tre-



Parlamentar solicitou projeto

vo rotatório na mesma BR, acesso secundário a canoinhas, via Bairro Campo D'Água Verde.

Conforme o parlamentar, “o número de acidentes ocorridos nestes locais, em função da alta velocidade e imprudência de muitos motoristas acarreta falta de segurança aos usuários, inclusive com risco e vidas que ali trafegam e transitam”, afirmou. (Liderança do PFL)

Celestino quer lei regulamentada

Autor do projeto que criou a lei que obriga bares, restaurantes e similares a terem cardápio em braile, o deputado Celestino Secco (PP) recebeu reclamação formal do presidente da ACIC (Associação Catarinense de Integração ao Cego), Adilson Ventura, pedindo empenho para conseguir que o governo proceda a regulamentação do dispositivo legal.

O Estado, alerta o

documento, não está repassando subvenção social para as entidades, como a Acic - a única que faz treinamento profissional e adequação social do cego em Santa Catarina. “Com a regulamentação da lei e o estabelecimento de multa aos que não a cumprirem, o governo terá receita, que ajudará estas organizações de voluntariado e que prestam um excepcional serviço de caráter solidário e social”, explica o



Progressista cobra regulamentação

deputado Celestino. Ele informou ainda que está providenciando, juntamente com a Associação, um pedido ao governo do Estado para que nos termos do Artigo 3 da lei seja estipulado um prazo para sua regulamentação. “Isto não acontecendo, a Constituição nos garante o ingresso na Justiça”, concluiu. (MT)

Agricultura orgânica destaca SC nacionalmente

A avaliação e a discussão sobre o desenvolvimento dos produtos orgânicos em Santa Catarina, ou a agroecologia, foi tema da audiência pública realizada na manhã de segunda-feira (16) pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP). A proposição foi do deputado Afrânio Boppré (PT) objetivando avaliar a situação da agricultura orgânica em Santa Catarina e discutir mecanismos para a evolução da atividade. O evento contou com a presença do diretor de Políticas de Desenvolvimento Rural e Pecuário do governo do Estado e representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Ari Geraldo Neumann, do engenheiro agrônomo da Epagri, Paulo Tagliari, do superintendente da Floram (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis), Francisco Rzatki - Chicão, do engenheiro agrônomo da Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de

Grupo), Luiz Carlos Rebellato dos Santos, do representante da Associação Catarinense de Agroecologia, Glaicon José Sell, e agricultores de várias regiões do Estado.

De acordo com Neumann, o comércio mundial de orgânicos movimentou mais de 25 bilhões de dólares anualmente e o Brasil já é o quinto produtor no ranking, com 800 mil hectares cultivados e 19 mil agricultores. Segundo o Levantamento Agrícola Catarinense, realizado no ano passado, mais de 2 mil famílias fazem o cultivo agroecológico e já existem 60 associações desses produtores.

Neumann estima que, atualmente, Santa Catarina produza cerca de 33 mil toneladas de alimentos orgânicos, com destaque para a produção de hortigranjeiros, cereais, bulbos, raízes e frutíferas. "A maior parte da produção catarinense vai para o mercado interno. Para a exportação temos o mel, soja, derivados da banana, açúcar mascavo, um pouco de arroz e cereais", relacionou. (CA)



Produtores, técnicos e gestores públicos avaliaram as perspectivas do setor

Desafios

O deputado Afrânio Boppré (PT) defendeu a necessidade da construção de uma nova identidade na agricultura catarinense e a divulgação das iniciativas através de entidades e produtores rurais que tiveram bom desempenho na área.

Ele acredita que o poder público pode ampliar ações em favor dessa nova cultura. "O governo é um grande cliente na compra de alimentos para as escolas e hospitais e a compra de alimento orgânico pode servir como um estímulo, ser simbólica e educativa", citou Afrânio. Cerca de 180 mil agricultores são afetados por produtos químicos (agrotóxicos), situação, segundo ele, que reforça a tese de mudan-

ça do modelo vigente na agricultura. Mas, para o parlamentar, existem ainda muitos desafios a superar até a adoção da agricultura orgânica. O engenheiro agrônomo da Epagri, Paulo Tagliari, informou que a empresa desenvolve, desde 1998, projetos na área de agroecologia. A agroecologia, segundo ele, é prioridade para a Epagri, pois através desse trabalho pode-se acabar com a intoxicação de agricultores provocada pelo uso de agrotóxicos e a contaminação da água. "80% da água de Santa Catarina têm problemas com a purificação", salientou, sugerindo que se reduza o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de produtores orgânicos. (SD/TM)

Produtores

"Esse crescimento faz com que a gente se motive a trabalhar nesse projeto que preserva a vida". Glaicon José Sell, agricultor.

"Faço um apelo pelo estabelecimento de políticas públicas e governamentais de apoio à agricultura orgânica, mantendo os projetos desenvolvidos pela Epagri e a realização de novas pesquisas".

Afonso Kupel representante da Federação dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina.

"O papel da política pública é fundamental para que os agricultores trabalhem em harmonia com o meio ambiente e abram mais espaço para a comercialização dos produtos".

Dirceu Dresch, Fetrat-Sul (Federação de Trabalhadores da agricultura Familiar).

Assembléia luta pela devolução do Rio Canoas

Com a mobilização promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, por iniciativa de deputado Sérgio Godinho (PTB), em audiência pública realizada na noite de terça-feira (17), a Assembléia Legislativa encaminhou moção à ANA (Agência Nacional de Águas) e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que reveja a Resolução 399, de junho de 2004, que acabou por federalizar o Rio Canoas - cuja bacia hidrográfica abrange 26 municípios do Planalto Serrano e Oeste. A Agência Nacional de Águas, que havia confirmado a presença de um de seus técnicos, não mandou representante, fato lamentado pelos deputados da Comissão.

"Não há fundamentos técnicos ou jurídicos que sustentem a federalização do rio Canoas, que



Integrantes do Comitê, deputados, técnicos e representantes do governo

desde sempre pertence ao Estado de Santa Catarina", resumiu o deputado Godinho. A Resolução emitida pela ANA substituiu a Portaria 707, de 1994, do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), que detinha as

prerrogativas hoje abrangidas pela Agência e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. "O próprio governo federal nunca questionou o fato de o rio Canoas ser de Santa Catarina. Basta vermos a concessão dada pelo DNAEE

para a operação da Usina Machadinho - que fica na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul -, e que se localiza no rio Pelotas. Isso deixou a situação muito clara para Santa Catarina porque vamos usar o critério da concessão emitida pelo DNAEE. Portanto, é apenas uma questão de apresentar o histórico e ter bom senso", avaliou o secretário executivo de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Hector Munhoz.

Caso o bom senso não resolva, o secretário executivo do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Cosme Polese, Paulo Cassol, diretor do Centro Agroveterinário de Lages, o secretário regional de Lages, Elizeu Matos, Paulo Elias de Souza, vice-presidente do Comitê, e o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA/SC), Celso Fonseca. (MMV)

finem a quem pertence o domínio do curso dos rios, além de legislação subjacente, o que dá base para o Estado reivindicar judicialmente a devolução do Rio Canoas. Bicca pediu que a Moção use como referência a publicação da Fatma, feita em 2003, da Decodificação dos Cursos de Água de Santa Catarina.

Participaram também do encontro o deputado Dionei Walter da Silva (PT), o presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Cosme Polese, Paulo Cassol, diretor do Centro Agroveterinário de Lages, o secretário regional de Lages, Elizeu Matos, Paulo Elias de Souza, vice-presidente do Comitê, e o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA/SC), Celso Fonseca. (MMV)